

Alienação dos Território Frente aos Processos da Globalização Econômica

Márcio Cataia

Departamento de Geografia

Instituto de Geociências, UNICAMP

Campinas, Brasil

Correo: cataia@ige.unicamp.br

A interpretação do que é a formação sócio-espacial brasileira pode ser feita sob os diversos ângulos das ciências sociais. O que este texto pretende é justamente ressaltar o papel da geografia no uso, organização e regulação do território brasileiro. Compreender essa formação sócio-espacial passa pela interpretação dos compartimentos políticos fundados no território.

Os incentivos fiscais e territoriais são instrumentos difundidos por todo território brasileiro. Pretende-se verificar como municípios e estados, valendo-se desses instrumentos, normatizam seus territórios produzindo incentivos territoriais na forma de obras de infra-estrutura que servem, também, como uma forma de repasse de recursos públicos para empresas que detém a possibilidade de transitarem por todo território nacional.

Em outras palavras, pretende-se discutir os custos dos incentivos territoriais e fiscais, do ponto de vista da produção e organização do território brasileiro (criação de novos estados, territórios federais e municípios) e das transferências de obras de infra-estrutura do setor público para o setor privado.

*

GOTTMANN (1952) aponta que é necessário saber onde estão os homens e as coisas para que se possa tirar conclusões quanto ao que um país pode fazer, isto é, suas perspectivas, seus projetos.

Homens e coisas distribuem-se pela extensão de um país segundo os seus compartimentos político-territoriais (estados e municípios) que são organizados e regulados a partir de um interior e de um exterior. O espaço geográfico, um híbrido de materialidades e ações - materialidades animadas pelas ações e estas condicionadas pelas materialidades - não é um dado estável, ele evolui na medida em que todo grupo social possui o seu meio local e interior, mas também um exterior que age sobre o local tanto mais quanto menos o local age sobre o exterior.

O território usado, sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 1994), produz a sociedade assim como a sociedade produz o território, sendo o território portanto, organizado e organizador. Ao território organizador, um condicionante social, impõem-se as fronteiras que são os marcos da divisão política do território.

Para GOTTMANN (1966), o mundo moderno dá provas de que as fronteiras e os regimes políticos delimitados por elas foram levados por todos os lugares num ritmo, sempre mais, acelerado. Essa aceleração dos eventos, sua propagação pelo mundo e o aprofundamento das relações, fez com que o espaço geográfico ganhasse uma nova constituição, consistindo numa rede de relações, agora mundiais.

Assim, as relações locais e mundiais não podem ser compreendidas sem o princípio fundamental da compartimentação do espaço geográfico. No início uma compartimentação baseada mais na natureza e menos nas técnicas de uso e organização do território; hoje, quando o ecúmeno é o planeta, usado e organizado, a compartimentação tem como fundamento mais a técnica e bem menos aquele espaço natural que foi sendo artificializado com a sobreposição de camadas técnicas. Verdadeiras próteses foram sendo adicionadas ao território para torná-lo ortopédico às atividades humanas.

Essas próteses, bem como as ações que as animam, são o resultado de várias modernizações que o território conhece - no território as modernizações são sempre o presente, mesmo como heranças - e que são seletivas, não se impõem a todos os lugares, por isso todo processo de modernização provoca reorganizações nas compartimentações do espaço, por isso as fronteiras são dinâmicas, por isso também é que se aprofunda a diferenciação entre os lugares, motor das compartimentações.

À seletividade na distribuição de bens e serviços pelo território corresponde uma seletividade no seu consumo, por isso “o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde [ele] está” (SANTOS, 1992:111). Uma unidade política é o conjunto do território nacional (país), ou regional (o estado), ou local (o município), essa compartimentação exige a criação de uma estrutura de poder para cada uma dessas escalas. A união entre as várias escalas, dada pelas relações entre si e com as outras, garante a coesão do território e assegura a integração desse conjunto.

Significa então que homens e coisas distribuem-se pelo território seletivamente segundo compartimentações de poder distintas. O território é um compartimento do espaço, politicamente distinto daqueles que o cercam e define a existência física das entidades jurídicas, administrativas e políticas. Quanto mais um Estado encoraja o comércio, menos estritos serão os regulamentos das fronteiras para dar maior fluidez à circulação.

Quanto mais a fronteira externa do Brasil é aberta, tornando o território nacional um território nacional da economia internacional (SANTOS, 1996), mais se acirram as disputas entre os poderes locais e regionais. Porque essa é a forma territorial, portanto política, encontrada pelos compartimentos territoriais de reclamar seu espaço numa economia que

força a competição entre as unidades políticas da federação. São estes, particularmente, os casos dos incentivos fiscais (guerra fiscal) e territoriais que envolvem estados e municípios. Essa competitividade territorial é acirrada a partir da 2ª Guerra Mundial.

O pós-guerra inaugura uma nova etapa das relações mundiais. As Novas Tecnologias da Comunicação, Informação e Produção vieram possibilitar a formação de redes mundiais de organização, produção e transmissão de imagens, informações e dados, até então impensáveis. Mais que uma nova etapa de internacionalização das relações capitalistas, vivemos uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos de sua regulação. A esfera financeira assume uma posição de comando no destino social da riqueza, em cooperação ou em contradição com outras esferas.

Hoje esse novo conjunto de relações internacionais hegemônicas, não mais como antes, quando existiam em todo o mundo mas eram apenas locais, conforma-se em sistema. A vida social passa a ser modelada por ações, por acontecimentos, que mesmo se fazendo a grandes distâncias, podem ser conhecidas por todo o globo, via ondas de rádio ou por satélites, dando novas dimensões a todos os aspectos da vida. De internacionais as relações transformam-se em mundiais

Avanços científicos e tecnológicos deram vida mundial a agentes desconhecidos e ações até então locais: o buraco na camada da ozônio; o efeito estufa; os microorganismos geneticamente modificados; as poluições de toda ordem; a devastação das florestas tropicais... Reações químicas e reações políticas deverão preocupar todo e qualquer habitante do planeta (LATOURET, 1994). Não há como esterilizar uma ou outra reação.

Cada um de nós, rico ou pobre, mesmo sem o saber, porta o mundo em si. É verdade que as desigualdades sociais não colocam a maioria da população no circuito planetário do conforto (aquele circuito do consumo das mercadorias), mas de qualquer maneira está no circuito, mesmo que seja paradoxalmente na condição de excluído. A mundialização unifica e divide, iguala e diferencia. (MORIN, 1993)

Para a geografia o mundo não é um conjunto de territórios finitos delimitados por fronteiras que circunscreveriam a totalidade dos fatos. O espaço geográfico – objeto de estudo da geografia – é o campo de forças de uma complexidade de forças de ação, portanto o território – concreção do espaço geográfico - deixa de se exprimir somente em termos de superfície, de fixos, para passar a fazê-lo também em termos de fluxos.

De acordo com RAFFESTIN (1986), devemos aprender a construir o objeto da geografia, e tal construção remete à unidade da geografia, à integração das diferentes partes ou ramos hoje dispersos. Os conceitos devem dizer respeito ao objeto da disciplina e não aos ramos ou partes. Se o objeto da geografia é um só – o espaço geográfico – os conceitos são *transgeográficos*, pois os encontramos e deles necessitamos em todas as “partes” da disciplina geográfica.

Com relação a essa forma unitária de encarar o objeto de estudo da geografia, ISNARD (1982:40) observa que “... o próprio método geográfico consiste em partir, não da sociedade para atingir o espaço, mas do espaço para atingir a sociedade, exactamente da mesma maneira como compreender o autor através de sua obra.”

Daí a importância da análise do território a partir de seu uso, que é social, porque assim fazendo estaremos estudando o movimento da sociedade pelo viés geográfico (GEORGE, 1972). O uso do território sempre fez com que a geografia e a política coincidisse nas suas extensões e expansões, a cada novo território descoberto ou conquistado corresponde uma nova personalidade política. (GOTTMANN, 1966)

Em todos os territórios do mundo, de organização política Federativa ou Unitária, produziram-se divisões internas. As fronteiras são uma necessidade política da organização dos territórios. Para RAFFESTIN (1993), as fronteiras constituem-se numa informação *lato senso* indispensável a qualquer ação. Elas são informação porque se constituem numa dimensão que nunca está ausente e porque participam de todo projeto sociopolítico ou socioeconômico de um Estado. Em qualquer parte do mundo há que se levar em conta sua constituição, porque as fronteiras transmitem, por meio de suas funções (atribuições), mensagens claras e unívocas.

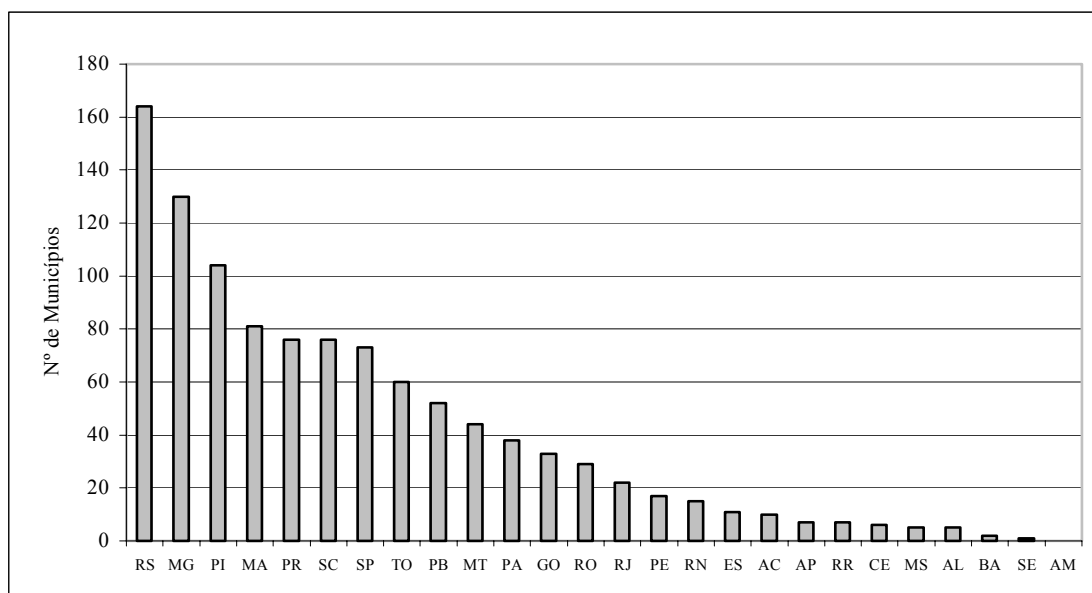
A informação que as fronteiras internas brasileiras transmitem hoje de maneira clara e unívoca é a sua dinâmica, ou seja, o aumento do número de municípios e as propostas de criação de novos estados e territórios federais.

Essa evolução do número de municípios no Brasil é um processo revelador de um território que se impõe. Mais do que nunca, as fronteiras se afirmam. Senão, por que aumentaria o número de municípios no Brasil? Em 1950 eram 1.889 municípios, em 2001 chegam a 5.561.

Só na última década, foram instituídos 1.068 novos municípios no Brasil, como pode-se observar no gráfico 1.

Gráfico nº 1

Brasil - Número de Municípios Instalados
de 1990 a 2001 Por Unidades da Federação



Fonte: "Divisão Territorial do Brasil", Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Além da criação de novos municípios pode-se destacar as propostas pela criação de novos estados (províncias) e novos territórios federais. Atualmente circula no Congresso Nacional dezesseis dessas propostas. Como pode ser observado pelo mapa da Fragmentação do Território Brasileiro apresentado na próxima página. (Comissão de Assuntos Territoriais do Congresso Nacional)

Não é nosso intuito, nesse breve espaço de texto, discutir os motivos pelos quais cada subespaço do território nacional pede sua autonomia regional, no entanto, vale ressaltar que os pedidos de autonomia estão ligados à produção de poderes regionais que dariam sustentação institucional às políticas dos subespaços. Mantém-se nossa hipótese: quanto mais a fronteira externa é aberta, mais os subespaços reclamam por autonomia para enfrentar uma globalização econômica invasora.

Brasil 2002 - Fragmentação do Território
propostas de criação de novos estados e territórios federais



Fonte: Nonato, R. de C., (2002), Fragmentação do Território e a Crise da Federação Brasileira. Monografia, Instituto de Geociências, Depto de Geografia, Universidade Estadual de Campinas.

Essa aceleração na produção de novos recortes territoriais é a tradução de um território que se impõe. Usar o território implica organizá-lo em novos compartimentos políticos, por isso entendemos que a compreensão de qualquer formação econômico-social também passa pela interpretação dos compartimentos políticos fundados no território.

Usar o território para vencer estrangulamentos, primeiro de ordem natural (as secas, as pragas, etc) e depois de ordem social (os mercados, as produções, as circulações, etc), exigiu uma organização política do território que tomou forma jurídica na pessoa do Estado.

BRAUDEL (1990) analisando o surgimento do Estado Nação na Europa, em particular o Francês, questiona se não foi a geografia que inventou a França. Longe de qualquer determinismo, o autor ressalta justamente o papel da geografia (densidades populacionais; ocupação territorial; a supremacia de Paris sobre o território francês; duração e extensão dos limites e fronteiras) na organização de um sistema político.

De fato, com o advento do capitalismo, em todos os países do mundo produziram-se divisões no território para torná-lo funcional à produção¹. À medida em que novas formas de produzir foram sendo desenvolvidas, novas fronteiras foram sendo exigidas. Por isso a divisão social e territorial do trabalho juntamos a divisão política do território, porque o território não é só a base da propriedade privada e da produção, também é a base de todo poder político.

A funcionalidade das fronteiras internas à reprodução do capital pode ser observada a partir da *guerra fiscal* travada por municípios e estados no Brasil. “Guerra” esta que só existe porque os territórios são compartimentados. A “guerra fiscal” baseia-se nas possibilidades oferecidas, em primeiro lugar, pelos territórios recortados politicamente.

"A guerra fiscal diz respeito às empresas que se valem das fronteiras para obter vantagens fiscais. As empresas mudam suas atividades de município procurando um lugar em que a cobrança de tributos seja menor. Esse é o caso mais antigo de 'guerra-fiscal', que nasceu com o aparecimento do primeiro Estado Federal do mundo, os Estados Unidos.

Hoje, além da mudança de municípios à procura de impostos mais baixos, há outra forma de as empresas usarem as fronteiras: manter as atividades em seu município de origem mas emitir nota fiscal em outro cuja alíquota de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) seja mais baixa." (CATAIA, 2001:172)

¹ O capital produtivo *stricto sensu* é seletivo na sua expansão, não se interessa por toda extensão de um território. O capital vai procurar aqueles lugares que por uma série de razões lhe proporcione mais lucros, como é da lógica de seu funcionamento: força de trabalho mais barata; menores impostos; leis ambientais mais flexíveis; sindicatos mais fracos; legislações trabalhistas e fiscais mais dóceis. Além do território como norma: densidades técnicas; equipamentos públicos; infra-estrutura e circulação e comunicação, etc. É assim que o capital se aproveita da contingência de um espaço já construído para aprofundar as desigualdades e as diferenciações sociais e territoriais, que são o motor de novas compartimentações territoriais.

SMITH (1988:196) lembra que “o capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais”.

De acordo com ARBIX (1999:60), a guerra fiscal "... ao mesmo tempo que enseja a construção de novas fábricas em algumas regiões sem tradição industrial (greenfield regions), dissipa recursos públicos e gera o encolhimento - ou mesmo o fechamento - de unidades produtivas em regiões industrializadas (brownfields), com aumento de desemprego e diminuição da atividade econômica."

Essa política territorial de distribuição de incentivos, subsídios e isenções fiscais como forma de atrair investimentos - principalmente os Investimentos Diretos Externos, IDE's - faz com que ocorra uma transferência de recursos públicos para o setor privado, principalmente quando estados e municípios, por meio de obras de engenharia produzem uma silhueta territorial própria aos ditames da empresa a ser atraída.

"A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares. Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é necessária também uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos investimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências." (SANTOS, 1999)

Em nossa tese de doutorado (CATAIA, 2001) desenvolvemos o conceito de "alienação do território". Este diz respeito àqueles lugares que preparam seu território com todo um conjunto de obras de infra-estrutura e isenções fiscais no intuito de atrair investimentos, mas acabam por se transformar em reféns da política das empresas em função do poder econômico que as empresas transnacionais possuem².

Falamos em *territórios alienados* quando municípios ou mesmo estados inteiros se subordinam à política das empresas. *"De nossa parte, propõe-se o conceito de 'territórios alienados' para designar aqueles municípios que prepararam seu chão com obras de engenharia e normas, receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais. Há empresas transnacionais economicamente mais poderosas que territórios nacionais inteiros. É mais comum ainda encontrarmos empresas que dominam as políticas locais."* (CATAIA, 2001:221)

Encontra-se assim duas situações quanto à manipulação das fronteiras para obtenção de vantagens fiscais: 1º) mudar a empresa de municípios e/ou estado procurando

² De acordo com Rogério Haesbaert, "dados da ONU para 1992 citam as cifras de negócios da General Motors: 132,4 bilhões de dólares, da Exxon (115,7 bilhões) e da Ford (100,1 bilhões), o que equivalia ao Produto Nacional Bruto de Estados como Dinamarca (123,5 bilhões), África do Sul

menores impostos; 2º) não mudar a empresa de lugar, mas emitir notas fiscais em outros territórios.

Mas há ainda uma terceira situação que pesquisamos em nossa tese (CATAIA, 2001): o poder corporativo (empresarial) fomentando a criação de novos municípios. Essa terceira situação se dá quando corporações empresariais incitam à criação de novas unidades político-administrativas para tirar proveito da proximidade, de uma ligação mais estreita com o poder político institucional e transformar as necessidades empresariais em necessidades sociais a partir do uso corporativo do território.

Essas políticas apontadas acima se mantêm e muitos estados brasileiros possuem programas destinados a atrair investimentos. Alguns exemplos podem ser verificados no quadro nº 1.

Quadro nº 1
Programas de Incentivos Fiscais

UF	Nome do programa	Isenções	Início
MS	Conselho de Desenvolvimento Industrial	Até 67% do ICMS para o setor atacadista de autopeças	1990
GO	Programa Fomentar	15 anos para pagar o ICMS. Até 70% do imposto devido pode ser financiado	1985
BA	ProBahia	Adiamento no pagamento do ICMS, que é financiado pelo estado	1996
PR	Paraná mais empregos	Prazo de 48 meses para as empresas começarem a pagar o ICMS	1995
RS	Fundopem (Fundo Operação Empresa)	Prorrogação do pagamento do ICMS em até cinco anos	1992
MG	Find (Fundo de Incentivo à Industrialização)	Prorrogação de até 60 meses de pagamento de até 50% do ICMS. As parcelas são financiados pelo estado	1995

Fonte: Secretarias da Fazenda e da Indústria e Comércio dos estados, in Folha de S. Paulo, 25/02/01, p. B3.

Há proposta constitucional do governo federal circulando no Congresso Nacional para unificar as alíquotas de ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Qualquer Natureza). Esta proposta tem o intuito de inibir ou acabar com a guerra fiscal, no entanto, esta pode ser uma medida que acirre mais ainda o embate, dado que estados e municípios podem continuar a peleja sem dar isenções. A *lei* ou *norma*, ou seja, a isenção fiscal é só uma parte da questão. A outra parte, mais propriamente geográfica, é o **incentivo territorial**, ou seja, o território é preparado com obras de engenharia para as empresas, de modo que elas podem acabar por reaver uma parte ou a totalidade dos impostos que pagam.

No município de Mairiporã, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, foi editada lei (nº 1828 de 05/12/1997) que traz em seu artigo 2º o seguinte texto: “As empresas industriais que pretendem se estabelecer no município de Mairiporã, a partir da publicação

(103,6) ou Turquia (99,7). A cifra das cinco maiores firmas do mundo (US\$ 526,1 bilhões) era

desta lei, a título de incentivos gozarão dos seguinte benefícios: I – Isenção de todos os tributos municipais por (10) dez anos; II – Isenção de taxas e preços públicos incidentes sobre construções de prédios; III – preferência para recebimento dos equipamentos urbanos municipais” (grifo nosso).³

Chama atenção o item III da referida lei, que dá preferência para as indústrias nas obras de infra-estrutura, isto é, todos pagam dos impostos, mas alguns se apropriam mais, daquilo que todos pagaram.

Assim, além das isenções fiscais, a produção de uma ortopedia territorial apropriada às empresas também fica a cargo de estados e municípios, como por exemplo: doação de terrenos; ligações ferroviárias, rodoviárias e mesmo aeroviária; desenvolvimento de terminais portuários; energia elétrica subsidiada; rede de coleta de esgoto e lixo; água tratada, dentre outros. De acordo com o "Protocolo Paraná/Renault, 1996" (in ARBIX, 1999), o estado do Paraná e a prefeitura de São José dos Pinhais se comprometeram a doar um terreno de 2,5 milhões de m², dar acesso rodoviário e ferroviário à empresa, além de uma área exclusiva no porto de Paranaguá. A energia elétrica seria fornecida a uma taxa 25% inferior à praticada pelo mercado. Os empréstimos oficiais à Renault não teriam correção inflacionária e começariam a ser pagos dez anos depois de iniciadas as operações da empresa. A Renault e todos os seus fornecedores que vierem a se instalar na área empresarial de São José dos Pinhais receberam isenção dos impostos locais por dez anos.

Incentivos fiscais e incentivos territoriais conformam-se numa dupla inseparável, porque pouco ou nenhum efeito surte quando um município concede isenções fiscais, mas seu território não possui uma infra-estrutura mínima exigida pelas empresas para suas atividades. Portanto, além de normatizar o território com leis que tentam atrair empresas, o próprio território construído é uma norma.

O "Protocolo Minas Gerais/Mercedes Bens, 1996" (in ARBIX, 1999), estabelece que a montadora alemã deve receber isenções estaduais e municipais por dez anos, um terreno de 2,8 milhões de m², infra-estrutura às margens do rio Paraibuna com a construção de vias de acesso, estacionamento, pista de testes para os automóveis, bem como um terminal ferroviário. No entorno do projeto empresarial foi estabelecido pelo estado, por exigência da empresa, uma rígida legislação ambiental, que teve a intenção de evitar que outras empresas se "proveitem" daquela infra-estrutura.

Chama atenção a relação da empresa Chrysler com o estado do Paraná. Depois de receber em 1998 isenções fiscais (adiantamento do pagamento do ICMS) e obras de infra-estrutura em Campo Largo (doação de um terreno de 300 mil m²), a montadora anunciou (nos EUA) que fecharia suas fábricas no Brasil e na Argentina (Folha de S. Paulo, jan/2001). Depois de dois anos de atividade a empresa transnacional decide que não tem mais

superior ao PNB brasileiro e duas vezes o PNB da África do Sul.” (HAESBAERT, 2001:16)

interesse na produção de veículos no território nacional, o que não elimina o fato de a empresa exportar seus veículos para o Brasil. Segundo a mesma reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a decisão de paralisar as atividades no Brasil se deu porque a Chrysler foi comprada pela Daimler/Mercedes (grupo alemão) que teria para a empresa uma nova estratégia de mercado.

Essa é a constatação mais eloqüente de que os lugares não controlam, não têm poder sobre a política das empresas ou, pelo contrário com os mesmos resultados para o lugar, é a constatação de como as empresas usam, regulam e organizam os território de acordo com suas próprias políticas neste período de globalização da economia.

Este fenômeno da globalização econômica baseia-se na possibilidade, dada somente hoje, de se manter relações em tempo real, via transmissão de informações e dados, organizadas pelo mundo todo. Ora, as noções de relação e de organização não podem ser compreendidas sem se entender o princípio universal da compartimentação do território segundo suas fronteiras políticas.

Ao mesmo tempo em que essas fronteiras podem se tornar estorvos ou constrangimentos a certas relações políticas ou econômicas atuais, elas foram concebidas (são um legado) justamente para não constranger determinadas ações de um período histórico precedente. O dinamismo das fronteiras vai denunciar justamente este seu caráter: as ações são condicionadas por um território dividido institucionalmente, mas quando estas divisões deixam de ser funcionais às ações presentes anuncia-se o momento da mudança, ou seja, é pelo uso e organização do território que os sistemas políticos são autorizados nas suas ações. O papel condicionante das compartimentações geograficamente institucionais se revela na diacronia de suas transformações em relação às mudanças políticas e econômicas.

O uso das fronteiras prova exatamente o contrário do que, ideologicamente prega o discurso da globalização econômica, de um mundo aberto à circulação, às trocas; de um mundo em que as novas tecnologias de transporte, mas sobretudo as de comunicação (satélites artificiais), eliminam as compartimentações territoriais. O que se constata é que quanto mais satélites são colocados em órbita mais fronteiras são produzidas para eles atravessarem, isto é, à medida em que aumenta a densidade técnica planetária aprofunda-se a divisão política dos territórios.

O uso do território, por parte dos homens e das empresas, nunca eliminou as fronteiras, mas as reorganizou. Esse é um condicionamento que a fronteira, como elemento político do espaço geográfico e delimitador dos territórios, impõe à sociedade: não ignorá-la, mesmo que seja para modificá-la

³ No Distrito Industrial de Terra Preta (Município de Mairiporã), há um movimento emancipacionista pela criação de um novo município.

Vidal de la BLACHE (in Braudel 1990:266) lembra que “a história de um povo é inseparável da extensão do país que ele habita... é necessário partir dessa idéia precisa de que a extensão de um país é um reservatório onde dormem as energias em que a natureza depositou a semente, mas seu emprego depende do homem”. Grupos humanos e configuração territorial - pontes, túneis, lagos, florestas, isto é, os grupos não-humanos - se nutrem, já que base material e existência são inseparáveis.

Acreditamos que a manipulação das fronteiras é um elemento privilegiado da análise geográfica porque retrata os conflitos sociais na produção do território. Esta produção denuncia um território que se redefine continuamente pela disputa de diferentes grupos, organizando - para poucos - ou desorganizando - para muitos - os territórios.

A manipulação das compartimentações político-territoriais provoca alterações qualitativas na formação sócio-espacial brasileira, porque tanto na geografia quanto na política os fenômenos não se dão isoladamente, nenhum lugar é inteiramente independente, nenhum lugar porta nele próprio a totalidade das relações que o anima. (SANTOS, 1996)

Apesar da divisão territorial ser um dado universal não existe um sistema geral de divisão político-territorial, por isso em cada formação sócio-espacial a manipulação das fronteiras dá-se de maneira particular. Dessa forma, acreditamos que uma análise sistematizada do uso das compartimentações político-territoriais - no caso do Brasil os *incentivos territoriais* e *fiscais* dão visibilidade a esse processo - pode oferecer um método adequado para se compreender a originalidade de uma formação sócio-espacial.

O espaço geográfico não é neutro, por isso o encaminhamento de possíveis soluções aos problemas sociais repousa na difusão dos conhecimentos e a geografia pode contribuir na medida em que possui um arcabouço teórico e metodológico que revela a dinâmica política do espaço humanizado.

Bibliografia

- ARBIX, G., (1999), "Estratégias do Desperdício. A Guerra Fiscal e as Incertezas do Desenvolvimento", in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, p. 55-71.
- BRAUDEL, F., (1990), *L'Identité de la France - Espace et Histoire*. Paris, Flammarion.
- CATAIA, M. A., (2001), "Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro", tese de doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).
- HAESBAERT, R., (2001), "Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo", in HAESBAERT, R., (org.), *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Eduff.
- GEORGE, P., (1972), *Os Métodos da Geografia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- GOTTMANN, J., (1952), *La Politique des États et Leur Géographie*. Paris, Armand Colin.
- GOTTMANN, J., (1966), "Géographie Politique", in *Encyclopedie de la Pléiade*. Paris, Gallimard.
- ISNARD, H., (1982), *O Espaço Geográfico*. Coimbra, Libreria Almedina.
- LATOURETTE, B., (1994), *Nous n'avons jamais été modernes - essai d'anthropologie symétrique*. Paris, La Decouverte.
- MORIN, E., (1993), *Terre-Patrie*. Paris, Éditions du Seuil.
- RAFFESTIN, C., (1986), "De L'ideologie à l'utopie ou la pratique du géographe", in *Geographica Helvética*, nº 3.
- RAFFESTIN, C., (1993), *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática.
- SANTOS, M., (1992, 2ª ed.), *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel.
- SANTOS, M., (1994), "O Retorno do Território", in SANTOS et alii, *Território, Globalização e Fragmentação*, São Paulo, Hucitec/Anpur.
- SANTOS, M., (1996), *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M., (1999) "Guerra dos Lugares", in *Folha de S. Paulo*, 08/08/99, p. 5-3.
- SMITH, N., (1988[1984]), *Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
-